

REVOLUÇÕES  
INGLESAS

ANOS

Ato de Supremacia.	1534
A católica Maria Tudor sobe ao poder.	1553
Perseguição a anglicanos e calvinistas.	
Reinado de Elizabeth I e consolidação do poder anglicano.	1558
Derrota da Invencível Armada espanhola.	1588
Fundação da colônia da Virgínia na América do Norte.	1607
Grupo de famílias de puritanos estabelecem-se em Plymouth, na América do Norte.	1620
Dissolução do Parlamento pelo rei Carlos I.	1626
Reunião de novo Parlamento. Aprovação da Petição de Direitos.	1628
Dissolução do novo Parlamento pelo rei Carlos I.	1629
Convocação de novo Parlamento e sua dissolução um mês depois.	1640
Conflitos entre partidários do rei Carlos I e o Parlamento levam a uma guerra civil.	1642
Derrota das tropas leais à Coroa.	1645
O Parlamento condena o monarca inglês por traição.	1648
Carlos I é executado. A Inglaterra torna-se República.	1649
Atos de Navegação.	1651
Cromwell dissolve o Parlamento.	1653
Restauração da Monarquia. Carlos II sobe ao poder.	1660
Coroação de Jaime II, católico e partidário do absolutismo.	1685
Revolução Gloriosa. Guilherme de Orange é declarado rei pelo Parlamento. Monarquia parlamentar.	1688
Carta de Direitos ( <i>Bill of Rights</i> ) assegura o poder do Parlamento.	1689

O Estado absolutista inglês era composto por duas instituições concorrentes e complementares. Desde o século XIII, a Coroa, expressão da autoridade real, e o **Parlamento**, assembleia representativa das províncias do reino, dividiam as funções de comando. À monarquia cabia o exercício do governo. Ao Parlamento, o controle sobre a tributação e a aprovação de qualquer nova lei proposta pelos monarcas.

A particularidade do Parlamento medieval inglês residia no fato de se dividir em duas câmaras na passagem do século XIV para o século XV (**Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns**), ao contrário da divisão tripartida das cortes medievais europeias (nobreza, clero e comuns). Além disso, o Parlamento apresentava-se como uma instituição unificada do ponto de vista geográfico, coincidindo com o território do Estado, e não como várias instituições provinciais, característica das assembleias do continente europeu.

A ausência de um exército permanente (compensado pela montagem de uma poderosa marinha) obrigava os monarcas a recorrerem a tropas mercenárias. Muitas vezes, para obter recursos para sua contratação, necessitavam de tributos extraordinários que deveriam ser aprovados pelo Parlamento.

Desde 1534, durante o reinado de Henrique VIII, o Estado passara a controlar as instituições religiosas com a adoção do **anglicanismo**, que tornava o monarca chefe da Igreja inglesa. Além do rompimento com o papado de Roma e interferências nas práticas religiosas, a Reforma Anglicana permitiu à Coroa apropriar-se de um vasto e rico patrimônio.

Tal situação acelerou as mudanças econômicas em curso desde o século XV. A lenta desestruturação dos domínios feudais e a transformação das terras em mercadoria foi uma das principais características desse processo que antecedeu as Revoluções Inglesas do século XVII.

## OS CERCAMENTOS

No início do século XVI, a situação social inglesa era desoladora. Bandos humanos arrastavam-se pelas estradas, mendigando e roubando. As prisões estavam cheias. Campos agrícolas haviam sido substituídos por pastagens para criação de ovelhas (de onde se obtinha lã). No lugar de muitos braços para o cultivo da terra agora se empregavam poucos pastores para cuidar de enormes rebanhos.

Grande parte dos antigos senhorios medievais modificava suas características. Aldeias de camponeses desapareciam, e com elas as terras comunais. As terras transformavam-se, cada vez mais, em **mercadoria**.

Tais alterações na Inglaterra, em curso desde o final da Idade Média, aceleraram-se com a **Reforma Anglicana**. Senhorios, paróquias, mosteiros e terras da Igreja Católica inglesa passaram ao controle da monarquia e ao patrimônio do Estado. Boa parte dessas terras foi vendida para obter recursos para a montagem de uma marinha de guerra e financiava piratas que pudessem trazer riquezas de outros continentes, exploradas, principalmente, pelas monarquias ibéricas.



A criação de ovelhas permitia o crescimento da produção de lã, matéria-prima necessária para as atividades têxteis que se desenvolviam rapidamente, ao final do século XV, nos Países Baixos e em cidades ao sul da Inglaterra.

O vestuário tornava-se um ramo em expansão com o desenvolvimento da vida urbana, as viagens marítimas e o estabelecimento de colônias em outros continentes.

Os antigos campos de cultivo, abertos, e as terras comuns, que favoreciam o trabalho coletivo, cediam lugar à apropriação individual. Cercas demarcavam os limites dos latifúndios, as grandes propriedades. Demarcavam também a área de pequenos sítios, pequenas extensões de terras que alguns camponeses haviam conseguido manter sob sua propriedade. Os **cercamentos das terras** (*enclosures*), como tais mudanças foram denominadas, constituíram-se num dos aspectos mais importantes do longo processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

### Uma nova classe social

Uma nova classe social começou a surgir na Inglaterra, constituída por comerciantes ricos que compravam terras. Criadores de ovelhas e, portanto, produtores de lã, essa nova classe social passou a ser conhecida por *gentry*, gente de boa família, e seus integrantes, *gentlemen*, cavalheiros. Com o tempo, membros da pequena e média nobrezas também passaram a dedicar-se à cria-

ção de ovelhas e, através de casamentos com os filhos das "boas famílias", incorporaram-se à *gentry*. Eram nobres pelo nome, mas burgueses em espírito.

O segundo resultado dos chamados cercamentos foi a produção em massa de um outro tipo de mercadoria, a única capaz de criar riquezas e outras mercadorias: o **trabalho assalariado**. Milhares de camponeses destituídos de suas terras vagavam pelas estradas inglesas. Trabalhadores sem terra tornavam-se mendigos, cometiam roubos e outros crimes ou sujeitavam-se a trabalhos nas cidades e mesmo nos campos em troca de baixos salários.

Formava-se, assim, uma outra classe social. Gente que nada possuía além de sua força de trabalho e sua família, sua prole. Estava começando a surgir o **proletariado**, que vendia sua força de trabalho em troca de outra mercadoria, o dinheiro, capaz de ser trocado por mercadorias.

Com todas essas mudanças, o preço dos alimentos subiu vertiginosamente. Com menos áreas para cultivo, a produção agrícola tornou-se menor e seu preço, mais alto. A situação dos trabalhadores era cada vez mais crítica. Formou-se também uma camada de pequenos e médios proprietários de terras constituída por comerciantes mais modestos, que investiam seus recursos na terra. Juntamente com os antigos camponeses, proprietários formavam a *yeomanry*, uma espécie de burguesia rural que direcionaria a produção para o mercado e que, juntamente com a *gentry*, utilizaria a força de trabalho dos trabalhadores assalariados.

### Henrique VIII e sua família

Retratado no centro da cena, Henrique VIII está acompanhado, à sua direita, por seu filho Eduardo VI, herdeiro do trono, e, à sua esquerda, por Jane Seymour, mãe de Eduardo. Em segundo plano, as filhas e futuras rainhas, Maria I (à direita do soberano)

e Elizabeth I (esquerda). No fundo, foram retratados a babá de Eduardo VI e o bufão da corte. Note-se que Henrique VIII, quando se deixou retratar ao lado de Jane Seymour, estava casado com Catarina Parr, sexta e última esposa do rei.



Henrique VIII e sua família, anônimo. Óleo sobre tela, 141 cm x 355 cm, c. 1545.

COLEÇÃO REAL DE SUA MAJESTADE RAINHA  
ELIZABETH II, PALÁCIO DE HAMPTON, INGLATERRA



## AS DIVISÕES RELIGIOSAS DA SOCIEDADE INGLESA

Nessa economia em transformação durante os séculos XVI e XVII, a mineração de carvão e o comércio de lã fortaleciam os homens vinculados às atividades mercantis. Porém, tais grupos econômicos possuíam uma pequena participação política. No controle do Estado, estavam o rei absolutista e a corte inglesa, composta por uma nobreza tradicional, membros da Igreja Anglicana e funcionários ligados ao rei.

Na Inglaterra, houve uma forte aceitação da doutrina calvinista entre os comerciantes. Os calvinistas ingleses denominavam-se **puritanos**. Opunham-se ao cerimonial católico presente no anglicanismo, defendiam a purificação da Igreja Anglicana e criticavam os poderes absolutistas.

Os puritanos dividiam-se em dois grandes grupos. De um lado os **presbiterianos**, dirigidos por pastores e presbíteros (leigos idosos). De outro, os **puritanos independentes**, que propunham organizações religiosas mais abertas e com menor controle, em que os fiéis assumissem as funções de pastores e pregadores da palavra divina. Entre esses puritanos radicais surgiram propostas sociais mais contundentes, que questionavam não apenas o catolicismo e o anglicanismo, mas também a concentração de riquezas e até mesmo a propriedade das terras.

Os **pares**, a alta nobreza e o alto clero eram predominantemente anglicanos, mas havia ainda um número considerável de aristocratas ligados ao catolicismo.

A *gentry*, basicamente composta por comerciantes e nobres dedicados à produção de lã, era em sua maior parte presbiteriana. Outros comerciantes e setores burgueses, bem como pequenos e médios proprietários rurais (*yeomanry*), artesãos, trabalhadores assalariados e camponeses, eram predominantemente puritanos independentes. Em todos esses grupos sociais, no entanto, havia católicos e anglicanos.

Comerciantes e empresários da próspera e pequena nobreza rural não tinham uma participação política proporcional à sua riqueza. Qualquer rei que ignorasse seus interesses econômicos e seu desejo de poder político estaria alimentando uma oposição potencialmente perigosa.

Nesse contexto, a insatisfação de vários setores sociais, divididos em vários grupos religiosos, acabaria por constituir a base das revoltas e insurreições vividas na Inglaterra ao longo do século XVII.



Fonte: Elaborado com base em BLACK, J. (Org.). *World history atlas*. Londres: Dorling Kindersley, 2008.

## A América do Norte

As tensões sociais e religiosas vividas na Inglaterra acabaram estimulando também, em momentos diversos, a partida de grupos para o continente americano.

Há dois marcos iniciais para o estabelecimento dos ingleses na América. Em 1607, um grupo de particulares organizou uma primeira tentativa de fixação no Novo Mundo, numa localidade denominada Jamestown (veja no mapa), em homenagem ao rei inglês Jaime I. Como tantas outras colônias, essa história é marcada pela conquista de territórios que pertenciam a povos indígenas. A região era habitada pelos **powhatans**. O chefe desse grupo indígena acabou por ajudar os ingleses por interferência de sua filha, Pocahontas, enamorada por um dos viajantes. Em pouco tempo, os powhatans foram praticamente exterminados. Mas Pocahontas entrou para a história como a nativa simpática que ajudou os ingleses. Virou até desenho animado.

Em 1620, um grupo de famílias de puritanos arrendou um pequeno navio, o *Mayflower*, e estabeleceu-se em Plymouth. Esses colonizadores ficaram conhecidos como **pais peregrinos**. A leitura individual das *Sagradas Escrituras*, uma característica das religiões protestantes, contribuiu para que uma atenção especial fosse dada à formação educacional da comunidade.



Em 1636, era fundada a sua primeira instituição de ensino superior, a hoje conceituada escola de Harvard. Até 1764, outras seis instituições seriam estabelecidas em terras dominadas pelos ingleses: William and Mary, Yale, Princeton, Pensilvânia, Colúmbia e Brown.

O Novo Mundo era tido como uma terra de oportunidades. Na visão profundamente religiosa comum aos diversos setores da sociedade inglesa, seria "a Terra Prometida", como é anunciada no *Antigo Testamento*. Mas além de grupos religiosos perseguidos na Inglaterra, a migração para a América também contou com degredados, mulheres e crianças raptadas, criminosos e aventureiros das mais diversas camadas sociais. Parte da massa de miseráveis ingleses, resultado dos cercamentos, teve a América como seu destino. Muitas vezes, contra a sua vontade.

### Coroa versus Parlamento

A oposição à política centralizadora da monarquia Stuart, aliada à recusa em aceitar o anglicanismo do Estado, resultou numa visão político-religiosa de combate ao absolutismo.

As tensões econômicas, sociais e religiosas contribuíram para estimular rebeliões e revoluções contra os monarcas **Jaime I** (1603-1625) e seu filho **Carlos I** (1625-1649), da dinastia Stuart. Tanto Jaime I como Carlos I procuraram reverter o espaço político conquistado pelo Parlamento e implantar um programa centralizador. Defendiam a visão de que os reis governavam em nome de Deus e, por isso, tentaram desconsiderar os interesses dos parlamentares.

O reinado de Jaime I foi marcado por disputas ásperas com o Parlamento e pelo descontentamento dos diversos grupos sociais, devido à imposição de taxas alfandegárias, à distribuição de privilégios e aos gastos luxuosos da corte.

O reinado de seu filho, Carlos I, caracterizou-se por uma tentativa frustrada de estender o anglicanismo para a Escócia e por mais conflitos com o Parlamento, culminando na sua dissolução por ordem do rei em 1629. Além disso, utilizou-se de todos os meios possíveis para perseguir seus opositores.

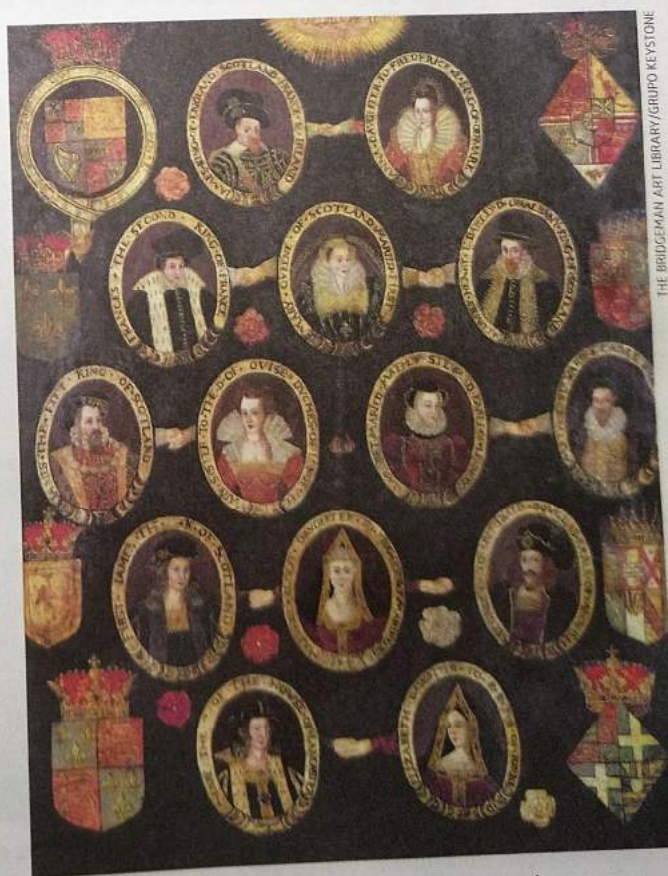
Em 1640, a Escócia calvinista, que recusava o anglicanismo, rebelou-se contra o domínio inglês. Para enfrentar a rebelião e montar um exército, o rei precisava aumentar os impostos. Sem outra alternativa, o rei convocou o Parlamento. Após onze anos sem se reunir, o Parlamento impôs condições para aceitar o pedido real. Exigiu que lhe fossem concedidos certos direitos:

ser consultado sobre questões tributárias, sobre a questão religiosa e sobre temas que envolvessem julgamentos por júri. Carlos I considerou tais exigências um ataque à sua autoridade e ordenou que o Parlamento fosse fechado.

O Exército escocês derrotou com facilidade as improvisadas tropas que o monarca inglês conseguiu formar. Um acordo provisório obrigava a Coroa inglesa a arcar com as despesas do Exército escocês. Diante da crise, Carlos I convocou novamente o Parlamento. Mas, a partir de então, o controle político da Inglaterra escaparia às mãos do rei.

O Parlamento retomava seu antigo papel na estrutura do Estado inglês, revogava tributos estabelecidos pelo rei sem a sua aprovação e tornava automática a sua convocação independentemente do monarca.

A situação política agravou-se ainda mais com uma nova rebelião, desta vez na Irlanda católica, em 1641. Impunha-se, mais uma vez, a necessidade de montar um exército. Porém, temendo que o comando desse exército pelo rei se voltasse contra as conquistas do Parlamento, os parlamentares decidiram por controlar as tropas militares. Os conflitos políticos entre a Coroa e o Parlamento desembocaram, em 1642, numa guerra civil.



Árvore genealógica de Jaime I, Mark Fiennes. Óleo sobre tela, c. 1603.



## A Revolução Puritana

A guerra civil apresentou, de um lado, o rei, seus nobres fiéis e a hierarquia da Igreja Anglicana, denominados **realistas** ou **cavaleiros**, numa referência aos *caballeros* espanhóis, ferrenhos adversários dos protestantes nas lutas religiosas dos séculos XVI e XVII.

De outro lado, havia os **cabeças-redondas**, porque os primeiros voluntários do exército parlamentar foram artesãos aprendizes de Londres que usavam os cabelos bem curtos, deixando à vista a forma redonda da cabeça. Do ponto de vista religioso, anglicanos e católicos mantiveram-se ao lado do rei Carlos I, enquanto os puritanos compuseram as forças políticas e militares do Parlamento.

No interior das forças do Parlamento formava-se um novo tipo de exército, o *New Model Army*. Seus inte-

grantes eram compostos por voluntários que lutavam motivados por convicções políticas e religiosas. Basicamente recrutados entre os pequenos e médios proprietários rurais, eram financiados por comerciantes e comandados por **Oliver Cromwell** (1599-1658), líder puritano. Esse exército plebeu derrotou as tropas leais ao rei em 1645.

A derrota dos realistas acentuou, porém, as disputas entre os puritanos. Os presbiterianos controlavam a maior parte do Parlamento. Os puritanos independentes comandavam o Exército. Os presbiterianos, temendo a radicalização da revolução, procuravam negociar com o rei. Os independentes aproximavam-se cada vez mais dos setores mais radicais da revolução. Uma nova divisão político-social formava-se entre 1646 e 1647.

### ANÁLISE DE IMAGEM PINTURA

*A execução do rei Carlos I da Inglaterra (1600-1649) retratada por uma testemunha ocular*

Material: Óleo sobre tela

Datação: 1649

Autoria: John Weesop

A obra pertence a uma coleção particular.

1 **Primeiro olhar:** O título da obra e a data de execução indicam que o autor teria presenciado o acontecimento. O autor conferiu grande dramaticidade ao momento, reforçando a crença da ilegitimidade do ato.

2 No alto, em destaque, o momento da execução.



3 Em primeiro plano, no meio da aglomeração, uma mulher desmaia no momento em que o carrasco ergue a cabeça decapitada do rei.

4 Os medalhões colocados nos quatro cantos da tela reforçam a ideia de *via crucis*. Em sentido anti-horário, a partir do alto à esquerda: retrato do rei; caminho da execução; multidão molha os lenços no sangue real/ divisor para guardar como relíquia; o executor com a cabeça do rei.



## A REPÚBLICA

Capturado pelo Exército, Carlos I foi executado publicamente por ordem do Parlamento em janeiro de 1649 por ter quebrado o contrato político com a sociedade inglesa. A Câmara dos Lordes foi abolida e a Inglaterra tornou-se uma **república**. Durante onze anos, a Inglaterra foi efetivamente governada por um exército revolucionário e um Parlamento puritano, do qual os monarquistas foram banidos.

Cromwell tornou-se a ponte entre o Parlamento e o Exército. Assumiu o controle total do Exército após perseguir soldados radicais, que desejavam redistribuir a propriedade e dar o direito de voto a todos os homens. Mas em 1653, dissolveu o Parlamento de maioria presbiteriana, instaurando uma **ditadura** na Inglaterra. O novo Parlamento, expurgado de opositores, concedeu-lhe o título de "Lorde Protetor da Inglaterra". Alguns partidários ofereceram-lhe a coroa de rei, por ele recusada.

Enquanto duraram os recursos obtidos com o confisco dos bens da Coroa e dos realistas, o Estado e o Exército puderam ser custeados sem recorrer ao Parlamento. Quando tais recursos acabaram, o elevado custo da manutenção do poder provocou reações dos parlamentares, ainda em sua maioria ligados aos grandes proprietários de terras.

Até 1658, no entanto, a república consolidou as conquistas de uma **revolução burguesa**. Os privilégios feudais foram abolidos. Houve uma intensa circulação de joias, peças de ouro e bens de valor para custear os exércitos que se enfrentaram durante a guerra civil, ampliando o capital em circulação e estimulando o comércio e a produção artesanal.

## Os Atos de Navegação e o início da hegemonia marítima inglesa

Em 1651, atendendo aos interesses comerciais ingleses, Oliver Cromwell promulgou os Atos de Navegação, por meio dos quais estabelecia que as mercadorias somente poderiam entrar em portos da Inglaterra e de suas colônias se transportadas por navios ingleses ou em navios dos seus próprios países de origem. Procurava-se garantir o monopólio comercial a partir das práticas e ideias **mercantilistas** da época. Tais medidas afetavam diretamente os interesses da **Holanda**, que dispunha da maior frota mercante da Europa e realizava o transporte de produtos em todo o mundo. A reação contrária do governo holandês provocou a eclosão de uma guerra que se estendeu de 1652 a 1654, tendo como resultado a vitória da Inglaterra e o fortalecimento de suas atividades mercantis e de sua marinha de guerra. Era o início da hegemonia marítima inglesa.

## Niveladores e *diggers*: os grupos radicais

A derrota do absolutismo havia eliminado o inimigo comum que antes unia grupos religiosos divergentes, e o sucesso militar e comercial inglês no exterior não impedia a continuidade dos conflitos internos. O exército era composto por jornaleiros e artesãos pobres, que desejavam ampliar as conquistas sociais. Parte deles aderiu a um novo partido, criado em Londres em 1646: os niveladores. Sob a liderança de John Lilburne, propunham a república, com a separação total entre Estado e Igreja e a eliminação do dízimo. Os niveladores eram defensores do livre-comércio e da redistribuição das propriedades, com apoio governamental aos pequenos proprietários. Exigiam, ainda, participação no parlamento e ampliação do direito de voto para toda a população masculina livre. As mulheres e aqueles que não fossem proprietários de seus meios de produção não participariam das decisões políticas.

Havia também os *diggers* (cavadores), que queriam levar mais a fundo as transformações sociais. Seus líderes criticavam o que chamavam de "modos vis" da terra. Ou seja, o fato de que aqueles que lavravam as terras e nelas moravam fossem controlados por proprietários, que podiam aumentar, a qualquer tempo e hora, as taxas pelo uso da terra, ou ainda despejá-los a qualquer momento. Os trabalhadores rurais teriam o direito de cultivar o solo por conta própria. O *digger* Gerrard Winstanley escreveria: "O homem mais pobre da Inglaterra tem tanto direito à terra quanto o mais rico".

Assim como os principais chefes niveladores foram executados em 1649, após uma fracassada revolta, os *diggers* não tiveram melhor sorte e também foram duramente reprimidos.

## A RESTAURAÇÃO E A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Oliver Cromwell morreu em 1658 e foi sucedido por seu filho Richard. A república, no entanto, continuava bastante dependente do exército. O Parlamento era controlado pelos setores socialmente hegemônicos e temia o crescimento dos grupos radicais. A centralização do poder nas mãos do ditador e os custos de manutenção do aparato militar também incomodavam os grandes proprietários, que rejeitavam aumentos de impostos para arcar com essas despesas.

Em 1660, o Parlamento aprovou o retorno da monarquia e convidou **Carlos II**, filho de Carlos I, a voltar à Inglaterra e assumir o trono. A Restauração monárquica, no entanto, não representou o retorno ao absolutismo:



Carlos II respeitou o poder do Parlamento. Vingou-se, no entanto, de Cromwell, determinando a exumação de seu corpo, para que fosse enforcado. A exibição pública de sua cabeça decepada, defronte ao Parlamento, servia para mostrar que os Stuart haviam retornado, ainda que sem todo o poder de antes.

O absolutismo, de qualquer forma, não estava totalmente banido da vida política britânica. Com a morte de Carlos II, em 1685, seu irmão assumiu o trono como **Jaime II** e tentou impor seu comando ao Parlamento e aos governos locais. O novo monarca era católico e seu conselho de governo era composto por católicos. O esforço do restabelecimento absolutista, porém, fracassou. O temor de uma nova guerra civil, que colocasse em risco a estabilidade e o poderio comercial inglês, levou os anglicanos, os proprietários de terras e demais opositores do absolutismo a articular a derrubada do rei. Eles apoiaram o protestante Guilherme de Orange (genro de Jaime II), que, em 1688, invadiu a Inglaterra e assumiu o trono, com apoio do Parlamento.

O movimento tornou-se conhecido como Revolução Gloriosa. O nome veio do fato de não ter ocorrido derramamento de sangue. Mais importante que isso, para a elite inglesa, era que o fim do reinado de Jaime II não havia implicado choques internos, nem reavivado as lutas sociais.

## A monarquia parlamentar

Após a **Revolução Gloriosa**, o país emergiu de quase cinquenta anos de lutas com um novo Estado, que facilitava o avanço do capitalismo. Em 1689, o Parlamento aprovou a Carta de Direitos (*Bill of Rights*): ela consolidava a transformação da Inglaterra numa monarquia parlamentar. O rei passava a dividir o poder com o Parlamento, dominado pelos grandes proprietários rurais e pelos comerciantes, que se valiam do controle militar e comercial dos mares para ampliar suas atividades e ganhos. A Carta também assegurava a liberdade religiosa, eliminando outro foco de tensão e conflitos.

Desde seu estabelecimento até hoje, o modelo monárquico inglês conheceu mudanças pequenas em sua composição e dinâmica. Diversos países reproduziram sua estrutura, que assegurou o acesso da burguesia às principais decisões políticas. As ideias de John Locke (1632-1704), fundamentais para o desenvolvimento do novo Estado, e as mudanças trazidas pelas revoluções do século XVII influenciaram outros países europeus, como a França, e os Estados Unidos, principal colônia britânica na América. Quando o *Bill of Rights* fez cem anos, no final do século XVIII, os Estados Unidos já tinham conquistado sua independência e a França iniciava um longo e decisivo processo revolucionário.

## Thomas Hobbes: sobre homens e lobos

Enquanto a Inglaterra se consumia em disputas internas e as ideias de absolutismo, república e democracia ocupavam o debate político, Thomas Hobbes (1588-1679) desenvolvia seus principais trabalhos. Matemático e pensador, Hobbes apoiava o poder absoluto de Carlos I e rejeitava a ampliação do espaço político do Parlamento. No início da rebelião de 1640, Hobbes fugiu para a França. Lá, desenvolveu seu pensamento lógico e racional, que aplicava tanto aos cálculos numéricos quanto à teoria política. Durante seu exílio, também atuou como professor de matemática do futuro rei Carlos II.

Originário de um país em que as divergências religiosas moviam parte importante do processo revolucionário, Hobbes foi muitas vezes acusado de ateísmo, pois associava certos comportamentos religiosos a superstições e defendia a submissão do poder espiritual ao poder temporal. Diante da guerra civil inglesa, ele constatava, ainda, que a divisão de atribuições e da capacidade decisória entre nobres e comuns, monarca e parlamento, abria espaço para a desagregação social e política. Falta-va, na sua opinião, um centro claro e definido de poder.

Sua principal obra, *Leviatã*, foi publicada em 1651, quando Hobbes já voltara à Inglaterra e o país vivia sob o comando de Cromwell. No *Leviatã*, o autor inglês afirmava que os seres humanos eram incapazes de se unir de forma natural, como ocorre com abelhas ou formigas. Os homens, segundo ele, buscavam sempre a competição e usavam a razão para destruir os semelhantes e confrontar o governo. Nesse estado de natureza, todos guerrear-iam contra todos, a propriedade seria inviável e não existiria justiça. Para impedir que os homens agissem como “lobos” de si mesmos, seria necessário, para Hobbes, que se estabelecesse um contrato social. Por meio dele, as pessoas se organizariam em comunidades dotadas de uma autoridade central, forte e rigorosa. Essa autoridade seria o Estado, capaz de impedir a destruição recíproca entre os homens e de conter rebeliões, que poderiam fazê-los retroceder ao estado de natureza.

Embora Hobbes seja muitas vezes considerado um teórico do poder absoluto dos reis, ele não defendia que esse poder central e pleno devesse ser necessariamente exercido por um monarca. O pensador inglês chegou a afirmar que a guerra universal poderia ser contida pela ação de uma assembleia. Independentemente de o poder central ser exercido por uma pessoa ou por um conjunto de pessoas, era fundamental, segundo sua lógica, que ele fosse soberano e eliminasse toda forma de questionamento ou contestação. Os governados só poderiam reagir ao governante se este fosse incapaz de assegurar a proteção e a sobrevivência dos membros da comunidade.



**Proposta:** Pode ser interessante retomar as ideias de Maquiavel e de Hobbes acerca da organização da sociedade e do poder político (v. 1, cap. 5, p. 171, cap. 7, atividade 2 à p. 226 e cap. 9, atividades 3 à p. 270, 6 da p. 271 e 8 à p. 275). Pode ser elaborado um pequeno projeto interdisciplinar com Filosofia e Sociologia, recuperando o conceito de soberania espiritual sustentado pela chamada Reforma Gregoriana (v. 1, cap. 5, p. 155) e relacionando-o com as ideias de Maquiavel, Hobbes e Locke, no sentido de identificar o processo de laicização do pensamento político, característico da transição da Idade Média para a Idade Moderna. O projeto pode incluir o pensamento ilustrado de Montesquieu e Rousseau (v. 2, p. 73-74) e ser completado com a discussão acerca do liberalismo político desenvolvida no capítulo 3 deste volume (p. 110). Alguns elementos e conceitos que podem ser identificados e sistematizados: teocracia; comunidade cristã/cristandade; teoria dos dois corpos do rei; *virtù*; fortuna; soberania; Estado; estado de natureza; contrato social; direitos naturais; sociedade civil; cidadania; liberalismo.

# Um Outro Olhar Filosofia

[A TEORIA LIBERAL DO ESTADO]

John Locke acompanhou todo o processo de transformação da Inglaterra no século XVII e, a partir das turbulências políticas, religiosas e sociais, formulou sua filosofia política, que afirmava os conceitos de sociedade civil e de que o governo devia ter o consentimento dos governados. Locke defendeu a tolerância religiosa e os direitos naturais do ser humano à vida, à liberdade à propriedade.

"[...] qualquer sociedade política não pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para isso castigar as ofensas de todos os membros dessa sociedade, haverá sociedade política somente quando cada um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade [...] Os que estão unidos em um corpo, tendo lei comum estabelecida e judicatura – para a qual apelar – com autoridade para decidir controvérsias e punir os ofensores, estão em sociedade civil uns com os outros; mas os que não têm essa apelação em comum [...] ainda se encontram no estado de natureza, sendo cada um [...] juiz para si e executor, o que constitui [...] o estado perfeito de natureza [...]"

[...] é evidente que a monarquia absoluta, que alguns consideram o único governo do mundo, é, de fato, incompatível objetivo da sociedade civil, não podendo por isso

ser uma forma qualquer de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar [...] Onde quer que existam pessoas que não tenham semelhante autoridade a que recorrerem para decisão de qualquer diferença entre elas, estarão tais pessoas no estado de natureza; e assim se encontra qualquer príncipe absoluto em relação aos que estão sob o seu domínio."

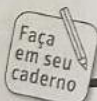
LOCKE, J. "Segundo tratado sobre o governo". Locke. *Os Pensadores*. Trad. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 67-68.



Retrato de John Locke, Herman Verelst. Óleo sobre tela, 1689.

GALERIA NACIONAL, LONDRES, INGLATERRA

Os(As) professores(as) de Filosofia e Sociologia podem participar da aula de História, oferecer textos e materiais de apoio para os estudantes ou, ainda, incorporar a suas próprias aulas e seus programas uma análise mais longa destes conceitos.



conforme tabelas das páginas 8 e 9.

- 1 Indique as características da sociedade civil para Locke. ➔ DL/H1/H24
- 2 Na visão de Locke, qual é o principal objetivo da sociedade civil? Como tal objetivo articula-se ao desenvolvimento social inglês no século XVII? ➔ DL/H1/H24
- 3 Por que, na sua perspectiva, a monarquia absoluta é

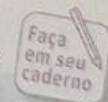
incompatível com a sociedade civil? ➔ DL/H1/H24

- 4 Em que medida a visão de Locke se diferencia dos argumentos de Hobbes para quem o estado de natureza faz com que os homens vivam em luta permanente e o corpo político é necessário para cessar esses conflitos? ➔ DL/H1/H24

## ✓ Verificação de leitura 1

- 1 Aponte as características do absolutismo inglês. ➔ DL/CF/H9/H12
- 2 Apresente as consequências econômicas provocadas pela Reforma Anglicana. ➔ DL/CF/SP/H1/H8/H9
- 3 Explique as consequências dos cercamentos para a maioria dos camponeses da Inglaterra.

conforme tabelas das páginas 8 e 9.



- ➔ DL/SP/H8/H11
- 4 Apresente as consequências da promulgação dos Atos de Navegação de 1651. ➔ DL/CF/SP/H8/H13
- 5 Compare, no plano político, a Revolução Puritana e a Revolução Gloriosa. ➔ DL/SP/H9/H13



## Em Cartaz

Faça  
em seu  
caderno

### Morte ao rei

Diretor: Mike Barker

País: Inglaterra

Ano: 2003



O filme aborda a guerra civil que marcou a Revolução Puritana. Após a queda do rei Carlos I, o país ainda se encontrava dividido em relação aos rumos que a nação deveria tomar. O foco da película são as aproximações e os distanciamentos entre o lorde General Thomas Fairfax (1612-1671), um aristocrata inglês que lutou ao lado das tropas parlamentares na revolução, e o General Oliver Cromwell. Ambos desejavam transformar o país, mas com propostas distintas. Fairfax aparece como um aristocrata que almejava uma reforma moderada, enquanto Cromwell como um republicano radical que desejava a execução do rei. Carlos I é apresentado como um monarca que ainda acreditava ser possível retomar o poder.

### Luzes

Retome as instruções para análise de filmes, apresentadas nos **Procedimentos metodológicos** da página 10.

Releia os textos sobre as **As Revoluções Inglesas**, entre as páginas 34 e 41. Após a leitura:

- Identifique as principais características do reinado de Carlos I.
- Localize os conflitos religiosos e políticos, durante esse reinado e a guerra civil.
- Caracterize os setores sociais que participam das revoluções inglesas e suas propostas (incluindo os movimentos populares).
- Analise o período da república e a ditadura de Oliver Cromwell.

**Contexto:** No momento de adoção do euro como moeda única em grande parte da Europa e dos primeiros sintomas da crise financeira nos Estados Unidos, o diretor Mike Barker retoma as disputas de poder na Inglaterra no século XVII. Pode ser interessante comparar essa narrativa mais centrada nas paixões e dilemas das personagens ao filme *Cromwell* dirigido por Ken Hughes em 1970.

### Câmera

Lembre que um filme é composto por elementos formais e técnicos que são fundamentais para o desenvolvimento da trama e para a compreensão, pelo espectador, da representação oferecida sobre aquele período histórico.

- Caracterize os principais personagens: Carlos I, Thomas Fairfax e Oliver Cromwell. Avalie como os atores que os interpretam apresentam-se, se suas atuações soam naturais ou parecem artificiais (analisar a entonação da voz, a combinação entre o texto e o gestual dos personagens).
- Identifique os recursos sonoros (ruídos, trilha musical etc.) e de luz empregados no filme. Localize cenas que contam com maior presença de sons ou mais iluminadas e aquelas em que prevalece o silêncio e a obscuridade. Analise o emprego desses recursos na narrativa.
- Observe o vestuário e a maquiagem utilizados no filme. Analise sua adequação para o período representado e seu efeito no desenvolvimento do enredo.

### Ação

Elabore um texto a partir do seguinte tema: "Conspiração e lealdade na Revolução Inglesa: os diversos projetos políticos".

Seu texto deverá incluir:

- A caracterização dos três personagens principais e a forma como eles são desenvolvidos no decorrer do filme.
- A relação entre elementos públicos e particulares na atuação política dos personagens principais.
- As disputas entre a monarquia e o Parlamento.
- O lugar das mulheres na revolução.
- O reconhecimento da diversidade de projetos políticos e sociais no interior da revolução.

DL/CF/SP/CA/H2/H5/H9/H11/H15/H23

## Estante

• FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.